



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI N º 1.130/2003

“Estabelece impedimento de exercício profissional de servidor público e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica impedido de exercer atividades profissionais correlatas ao setor privado no âmbito do município de Lajinha e em cujo resultado do trabalho haja interesse público municipal, no exercício de funções de:

- a) fiscalização e aprovação de projetos;
- b) emissão de parecer sobre requerimentos;
- c) lançamento e cobrança de impostos ou taxas;
- d) representação do município em juízo ou fora dele.

Art. 2º - Os profissionais que integram o quadro de pessoal cuja categoria dependa de inscrição e habilitação junto à respectiva entidade representativa (CREA, OAB, COREM, CRC, CRO e outros), deverá apresentar anualmente, certidão negativa do respectivo órgão ou entidade de classe.

Art. 3º - A certidão negativa do respectivo órgão ou entidade de classe deverá ser apresentada por todos os servidores constantes do quadro de pessoal que os tenham, podendo ser suprida sua entrega com assinatura de declaração, sob as penas da Lei, de sua regularidade, em caráter provisório e por prazo não superior à 60 dias.

§ 1º - Para integralização do cadastro do servidor na Secretaria de Administração e Pessoal, deverá o servidor firmar a declaração a que se refere o caput deste artigo, se não possuir a devida certidão negativa, no prazo de 15 dias contados da data da publicação desta lei.

§ 2º - A partir do ano de 2004 a reapresentação da certidão negativa ou declaração na forma do caput deste artigo, deverá ser efetivada impreterivelmente até o mês de abril.

Art. 4º - A infração ao disposto nos artigos 1º e 2º implicará em instauração de processo administrativo para constatação e oportunização de defesa ao administrado.

Parágrafo Único: comprovada a infração a pena a ser imposta ao servidor será a de demissão, além de encaminhamento de todo o procedimento de apuração administrativa ao Representante do Ministério Público Municipal para conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 5º - A não apresentação da certidão negativa expedida pela entidade de classe representativa do servidor (CREA, OAB, COREM, CRC, CRM, CRO e outros) e/ou assinatura de declaração inverdadeira quanto à regularidade, implicará em instauração de processo administrativo para constatação e oportunização de defesa ao administrado.

Parágrafo Único – comprovada a infração, a pena a ser imposta ao servidor será a de demissão, além de encaminhamento de todo o procedimento de apuração administrativo ao Representante do Ministério Público Municipal para conhecimento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO
ANO DOIS MIL E TRÊS. (03-12-2003)

Ver. FLÁVIO ANTONIO DE MORAIS
Presidente

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 18/12/2003, conforme cópia anexada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo